

Uma revisão sobre Assistência Técnica e Extensão Rural

DOI: <https://doi.org/10.35168/2176-896X.UTP.Tuiuti.2022.Vol10.n68.pp89-108>



Jéssica Alves Nogaroli

Docente da Universidade Tuiuti do Paraná, UTP
jessica.nogaroli@utp.br

Felipe Kupicki

Acadêmico da Universidade Tuiuti do Paraná, UTP
felipe.kupicki@utp.edu.br

Uma revisão sobre Assistência Técnica e Extensão Rural

Resumo

O trabalho em questão tem como objetivo apresentar um panorama histórico da Assistência Técnica e Extensão Rural, qual possui uma temática importante no desenvolvimento econômico e regional da agricultura, sendo responsável pela implementação e fortalecimento das políticas públicas para melhorias na renda e maior qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aprimoramento dos sistemas de produção, acesso a recursos, serviços e renda. Desde seu surgimento na Inglaterra em meados do século XIX, os serviços de assistência técnica e extensão rural vêm passando por um processo de profundas mudança. O tradicional modelo deste serviço caiu em desuso e com isso uma nova política de Assistência Técnica e Extensão Rural passou a vigorar com mudanças no seu formato institucional, oferecendo serviços e estratégias de desenvolvimento rural. No Brasil, a renovação dos serviços de assistência técnica e extensão rural ocorreu nos finais da década de 1940, quando foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) que foram os primeiros órgãos a elaborar planos de créditos a trabalhadores rurais. Já durante a década de 1960 com a fundação da ATER, foi possível buscar novas práticas de agricultura, buscando torná-la mais revolucionária na forma de se cultivar o solo, desde desenvolver novas técnicas de cultivo, utilização de maquinários nos sistemas agropecuários. Além disso a contribuição dos serviços de extensão rural, está cooperando para o desenvolvimento da agricultura familiar, disseminando conhecimentos e novas tecnologias através da assistência técnica e extensão rural gratuita através dos serviços públicos oferecidos pelos estados e municípios.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Assistência Técnica. Extensão Rural.

A review on Technical Assistance and Rural Extension

Abstract

The work in question aims to present a historical overview of Technical Assistance and Rural Extension, which has an important theme in the economic and regional development of agriculture, being responsible for the implementation and strengthening of public policies for improvements in income and better quality of life for women. rural families, through the improvement of production systems, access to resources, services and income. Since its emergence in England in the mid-nineteenth century, technical assistance and rural extension services have been undergoing a process of profound change. The traditional model of this service fell into disuse and with that a new policy of Technical Assistance and Rural Extension came into force with changes in its institutional format, offering services and strategies for rural development. In Brazil, the renewal of technical assistance and rural extension services took place in the late 1940s, when the Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) was created, which were the first bodies to develop credit plans for rural workers. Already during the 1960s with the foundation of ATER, it was possible to seek new agricultural practices, seeking to make it more revolutionary in the way of cultivating the soil, from developing new cultivation techniques, to the use of machinery in agricultural systems. In addition, the contribution of rural extension services is cooperating for the development of family farming, disseminating knowledge and new technologies through technical assistance and free rural extension through public services offered by states and municipalities.

Keywords: Family farming. Technical assistance. Rural extension.

Uma revisão sobre Assistência Técnica e Extensão Rural

1. Introdução

A agricultura brasileira é caracterizada pela sua competitividade e riquezas, contribuindo assim para a geração de milhares de empregos, e alimentos para atender a demanda nacional e internacional. O setor agrícola é um dos setores que mais contribui para o desenvolvimento do país, e tem um papel crucial para crescimento da economia brasileira.

Mesmo com resultados promissores, independentemente da classe social e porte das propriedades rurais, os agricultores tendem a recorrer apoio a órgãos públicos, que buscam influenciar o aumento da produção e da eficiência dos processos do pequeno ao grande agricultor, com a prestação de serviços de assistência técnica e de capacitação fornecida pela extensão rural, assim como subsidiar linhas de crédito rural.

Dentre os mais diversos órgãos públicos que possuem a função auxiliar os agricultores, está a Secretaria de Estado de Agricultura e a Secretaria de Agricultura gerida pela Prefeitura Municipal de cada cidade, qual é responsável por fomentar esse importante setor da economia. Diante disso, cabe ao poder público, estimular o desenvolvimento rural e o fornecimento de subsídios para os produtores em especial os da agricultura familiar, para que aprimorem seus processos e consecutivamente aumentem a renda familiar.

2. Fundamentação teórica – Desenvolvimento

2.1 Significado e origem da Extensão Rural

A extensão rural, em conjunto com a assistência técnica, faz parte do processo de desenvolvimento do campo, assim como das demais atividades agropecuárias, pois estas são as principais ferramentas

Uma revisão sobre Assistência Técnica e Extensão Rural

disseminadoras de conhecimento e tecnologia (CAPORAL e RAMOS, 2006). De acordo com a constituição de 1988, ambas devem ser consideradas no momento do planejamento e execução da política agrícola do país (PEIXOTO, 2008).

O termo extensão rural, surgiu na Inglaterra em meados do século XIX, nas universidades de Oxford e Cambridge, onde houve uma preocupação quando o crescimento populacional foi de forma desenfreada (SWANSON, 1991). Diante dessa preocupação, em 1867 houve o início das primeiras universidades com atividades de alfabetização e temas sociais voltadas para o meio rural (JONES, 1994). Contudo a preocupação pela escassez de alimentos só aumentou após o término da Segunda Guerra Mundial, onde países em desenvolvimento tiveram sua população crescendo de forma descontrolada, e a produção por alimento não estava seguindo a demanda.

Desta forma, diante da necessidade de buscar uma alternativa que pudessem sanar a falta de alimentos, os Estados Unidos, na década de 1890 consolidou-se como o primeiro país a desenvolver uma solução para resolver o problema de segurança alimentar, criando serviços cooperativo de extensão rural, formado com a presença de universidades americanas, chamadas *land-grant colleges*, e que através dos agentes extensionistas, que são os profissionais que atuam em entidades de extensão rural, passaram a abordar temas agrícolas auxiliando os produtores rurais a conhecerem seus recursos, assim como também são facilitadores entre o produtor e cooperativas, órgãos governamentais, setor privado e pesquisadores, para sinalizar os problemas, oportunidades e incitar inovações no meio rural (JONES e GARFORTH, 1997).

Para Peixoto (2008), o termo extensão rural, não é esclarecedor, pois não possui um conceito universal, devido a sua variedade de sentidos que através das evoluções que ao longo dos tempos se adaptaram de acordo com as circunstâncias socioeconômicas e políticas, mas que se fundamentou na educação não formal de instituições públicas ou privadas que repassa as informações e prestam

Uma revisão sobre Assistência Técnica e Extensão Rural

consultorias, e possuem a intenção de viabilizar o conhecimento, as habilidades, atitudes e interpretar de maneira apropriada as mudanças no desenvolvimento socioeconômico da área rural.

Desta forma, entende-se por extensão rural como um processo educativo baseado no conhecimento da realidade rural e adequado às necessidades do campo, com a finalidade de auxiliar os agricultores com os processos de aprimoramento de métodos e técnicas de cultivo, de forma didática e comunicativa, trocando saberes entre o produtor rural e o técnico, promovendo a adoção de novas tecnológicas e eventualmente resultar no aumento da produção e renda (STANTIAL e PAINE, 2000; FREIRE, 1979).

2.2 Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER

A ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural como já mencionado é um, serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, e possui a finalidade de proporcionar ao produtor e suas famílias, soluções adequadas para os problemas de produção, gerência, beneficiamento, armazenamento, comercialização, industrialização, eletrificação, consumo, bem-estar e preservação do meio ambiente. A ação da ATER deve estar integrada à pesquisa agrícola, aos produtores rurais e suas entidades representativas e às comunidades rurais (CAPORAL e RAMOS, 2006).

Com isso, a extensão rural distingue-se da assistência técnica, pois esta não possui um caráter educativo, e visa apenas em resolver problemas pontuais, sem capacitar o produtor rural. Diante disso, a extensão rural, por se ter um caráter educativo pode assumir três diferentes formatos, como: processo, instituição e política (Figura 1), e é desempenhado pelas instituições públicas de ATER, organizações não governamentais, e cooperativas, mas que também prestam assistência técnica. (PEIXOTO, 2008).

Uma revisão sobre Assistência Técnica e Extensão Rural

Conforme a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER (2004), a missão do serviço público de ATER é “Participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável”, voltada para a expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas.

2.3 Metodologia participativa da Extensão Rural

Com a chegada da ATER no Brasil, houve a necessidade por parte de órgãos governamentais em criar um mecanismo facilitador para os agentes de extensão, para isso, criou-se o manual de métodos e metodologias de extensão rural, com conteúdo diferenciados, e a diferenciação do caráter participativo da nova forma de atuação (CAPORAL e RAMOS, 2006).

A metodologia em extensão rural pode ser compreendida como a explicação detalhada de toda a ação a ser desenvolvida nos métodos escolhidos para o trabalho a ser executado (LOPES, 2016). É o conjunto de procedimentos, regras e técnicas que sistematizam os métodos de ensino (RAMOS; SILVA; BARROS, 2013).

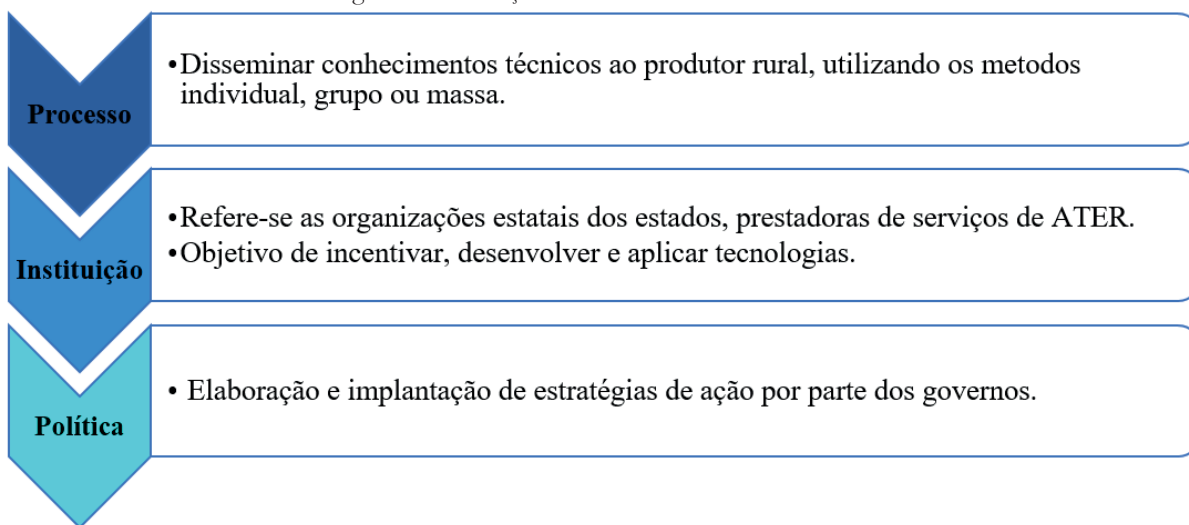
Qualquer extensionista, ao desenvolver um programa, utiliza a metodologia de acordo com o que pretende ensinar, com as condições locais, com o público trabalhado, podendo modificá-la quando necessário, para que as mensagens transmitidas atinjam ao público esperado.

O método é concebido como a forma adequada pelo qual o ensino é realizado no processo de aprendizagem sendo um procedimento padronizado que se adota no estudo (RAMOS; SILVA; BARROS, 2013). Ou seja, deve-se utilizar o método que se deseja através da mensagem que deve ser transmitida, e não pela sua facilidade de aplicação. Segundo Olinger (2006), Ramos et al. (2013)

Uma revisão sobre Assistência Técnica e Extensão Rural

e Lopes (2016), a extensão rural possui três métodos que podem ser classificados de acordo com seu alcance, efeito e uso, são eles: o individual, grupo e massa (Figura 2).

Figura 1 – Definição dos formatos de extensão rural.



2.4 Breve histórico da Assistência Técnica e Extensão Rural

As primeiras aparições dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil, surgiram ainda durante o período imperial entre 1859 e 1860, após o decreto que instituiu os Imperiais Institutos de Agricultura que realizavam apresentações de novas tecnologias, disseminavam técnicas que substituíam o trabalho braçal por máquinas (PEIXOTO, 2008). De acordo com (ANDRADE,

Uma revisão sobre Assistência Técnica e Extensão Rural

2013), na época imperial, os extensionistas buscavam persuadir os produtores com condições financeiras a adotar as novas tecnologias.

Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural apenas tiveram adaptações após o decreto de 1906, que passou a exigir uma extensão rural mais presente, com promoção de estudos, comunicado de resultados em feiras, eventos e demais órgãos credenciados ao Ministério da Agricultura (PEIXOTO, 2008).

Figura 2 – Métodos de extensão rural



Uma revisão sobre Assistência Técnica e Extensão Rural

Desta forma, a partir de 1940 foram extintas as fazendas modelo qual disseminava conhecimentos agrícolas com o apoio de Instituições de Ensino Superior (CASTRO e PEREIRA, 2017) e passou a vigorar um novo decreto instituído pelo governo federal em 1945, onde buscava por um novo modelo de Assistência Técnica e Extensão Rural, com a criação de associações municipais e que estas se associassem em sociedades rurais, uma em cada estado, e estas na União Rural Brasileira, como órgãos técnicos e consultivos do governo federal, com o propósito de fomentar atividades técnicas e extensionistas, buscando cooperação entre agentes públicos e privados no âmbito da aprendizagem agrícola (PEIXOTO, 2008).

Ainda para o mesmo autor, durante a década de 1960 com a fundação da ATER, foi possível buscar novas práticas de agricultura, buscando torná-la mais revolucionária na forma de se cultivar o solo, desde desenvolver novas técnicas de cultivo, utilização de maquinários nos sistemas agropecuários e reduzir a necessidade de adquirir produtos internacionais e desencadear soluções para se tornar um país que possa suprir as suas demandas na produção agropecuária.

Diante dessa nova necessidade de implantação tecnológica no campo, as Agências de Crédito e Assistência Rural - ACAR, foram os primeiros órgãos a elaborar planos de créditos a trabalhadores rurais, e estas ações foram coordenadas pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural - ABCAR (PEIXOTO, 2008).

Para Gimenes e Gozer (2008), embora tenha um Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) desde 1965, este sempre possuía viés seletivo, setorial e produtivista, sendo dividido em três fases: estruturação (1965-1986), com crédito abundante e barato para apoiar a modernização conservadora da agricultura; desestruturação (1987-1999), marcada por escassez de crédito, maior seletividade e elevação das taxas de juros; e reestruturação, pautada em aumento da oferta

Uma revisão sobre Assistência Técnica e Extensão Rural

de recursos, novas linhas de financiamento e redução da taxa para financiar insumos químicos, máquinas e equipamentos agrícolas.

Durante a década de 1970, os serviços então prestados pela ATER tornaram-se públicos, prestados por associações que eram de Governo Federal. O Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER) foi criado em 1974, e tinha a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) como sua coordenadora (SANTOS e LUZA, 2014).

Conforme Santos e Luza (2014) o objetivo da ATER era apoiar o processo de modernização da agricultura, contribuindo, dessa forma, com o projeto de desenvolvimento do capitalismo no campo, através da chamada Revolução Verde. As práticas que eram exercidas por engenheiros agrônomos e técnicos agropecuários tinham o segmento difusionista, utilizando a comunicação como meio de atrair os produtores a aderirem as novas tecnologias (SOUZA, 2008). Para isto, no sistema difusionista, adotava-se técnicas de persuasão, marketing e divulgação de casos que tenham tido sucesso para que os grupos de produtores adotassem o proposto.

No decorrer da década de 90, os serviços de ATER teve uma queda na transição do governo Sarney para Collor de Melo, extinguindo a EMBRATER e SIBRATER através do Decreto n. 97.455/89. Os agricultores e extensionistas se mobilizaram até conseguirem a reativação da EMBRATER pelo Decreto Legislativo n. 3, de 1989, retornando as atividades, porém com tomada do governo Fernando Collor de Mello a EMBRATER foi por fim desativada pelo Decreto n. 99.192, de 15 de março de 1990, isentando a população rural de serviços agrícolas de origem pública (SANTOS e LUZA 2014).

Devido à falta dos serviços de assistência técnica e extensão rural por meio do Governo Federal, cada Estado passou a buscar remodelar os serviços de ATER já existentes, criando empresas e

Uma revisão sobre Assistência Técnica e Extensão Rural

recursos financeiros (Figura 3). Junto a essa reestruturação surgiram ONG's e organizações de agricultores fim de suprir as necessidades dos trabalhadores da área rural (SILVA, 2010).

Com a retomada dos serviços de ATER pelos Estados, diversas posições foram tomadas diante das formas de prestação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural estabelecendo que estas incentivassem e apoiassem o desenvolvimento das áreas rurais ou não rurais de forma sustentável, fortalecendo a agricultura familiar no país e por fim, objetivando o bem-estar socioeconômico dos trabalhadores rurais e, conseqüentemente, o progresso da economia do país (PEIXOTO, 1988).

2.5 Agricultura Familiar e ATER

O principal propósito dos serviços realizados pela assistência técnica e extensão rural, é de buscar melhorias na renda e maior qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aprimoramento dos sistemas de produção, e acesso a recursos, serviços e renda. Diante disso, o Ministério de Desenvolvimento Agrário, afirma que a contribuição dos serviços de extensão rural, está cooperando para o desenvolvimento da agricultura familiar, disseminando conhecimentos e novas tecnologias dentro do setor

Figura 3 – Métodos de extensão rural



Fonte: ASBRAER (2014).

Uma revisão sobre Assistência Técnica e Extensão Rural

agropecuário (BRASIL, 2004). Segundo Gonçalves; Ramirez e Santos (2016), existe um grande grupo de produtores que não tem outra forma de acesso ao serviço de assistência técnica e extensão rural, senão por através do serviço público oferecido pelos estados.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009), em 2006 no Brasil, possuía cerca de 4.367.902 milhões de estabelecimentos de famílias rurais, e este número implica em 84% de todos os estabelecimentos rurais cadastrados, isso significa que a agricultura familiar é responsável por 38% da produção de alimentos como feijão, milho, arroz (CASTRO, 2015). Conforme o censo agropecuário de 2006, agricultores que não recebem assistência técnica e extensão rural, possuem uma renda 32% inferior comparado com agricultores que recebem assistência (IBGE, 2009).

Para Castro (2014), a agricultura familiar do passado não era reconhecida e valorizada com apoio político, ao contrário do que vemos nos dias de hoje, que através das secretarias de agricultura e abastecimento do município ou do estado, proporcionam ao agricultor familiar, a assistência técnica e extensão rural gratuita, promovendo o desenvolvimento sustentável, e processos educativos (BRASIL, 2004). Diante nesse avanço da agricultura familiar no fornecimento de alimentos, houve um aumento significativo dos serviços públicos oferecidos aos agricultores, para que assim, os mesmos pudessem produzir grandes quantidades com menor custo de produção e maior lucratividade na comercialização de seus produtos. (WINK et al., 2014).

Para isso, a participação dos órgãos públicos nos serviços prestados à população não depende somente de si mesmo, mas da participação dos beneficiários que procuram o auxílio do suporte, assim como a cobrança da execução do desenvolvimento dos serviços de ATER.

Visando o sucesso dos programas dos órgãos públicos extensionistas, se faz necessário o comprometimento, experiência, e principalmente boa relação de comunicação e confiança com

Uma revisão sobre Assistência Técnica e Extensão Rural

os agricultores, pois em suma, a maioria possui vivências e interesses diferentes dos disseminados pelos agentes de extensão, com isso, deve-se evitar uma invasão cultural nos hábitos do agricultor, mais precisamente do agricultor familiar, pois estes normalmente, estão mais distantes dos avanços tecnológicos, desta forma, deve-se explorar da melhor maneira possível as formas de aperfeiçoar e implantar novos sistemas de produção (FERREIRA, 2016).

Considerações finais

A agricultura possui um papel fundamental para a segurança alimentar e econômica do país, garantindo assim milhares de emprego e garantindo a renda destas famílias. Contudo, assim como em diversos setores, o agronegócio principalmente o pequeno produtor rural enfrenta dificuldades em receber informações de qualidade.

A assistência técnica e extensão rural no Brasil já esteve representada mais intensivamente, era uma legítima escola ambulante, proporcionando aos agricultores diversos cursos.

A extensão rural possui como princípio a comunicação, e através dela é possível obter contato direto com o produtor rural, assim como fornecer uma assistência técnica de qualidade e trocas de informações.

Referências

ANDRADE, M.C.; ALVES, D. C.. Cooperativismo e Agricultura Familiar: um estudo de caso. **Revista de Administração IMED**, v. 3, n. 3, p. 194-208, 2013. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5061341>>. Acesso em: 12 out. 2022.

Uma revisão sobre Assistência Técnica e Extensão Rural

ASBRAER **Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil**: um debate nacional sobre as realidades e novos rumos para o desenvolvimento do País. Belo Horizonte: Emater/MG, 2014. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/18259184-Assistencia-tecnica-e-extensao-rural-no-brasil-um-debate-nacional-sobre-as-realidades-e-novos-rumos-para-o-desenvolvimento-do-pais.html>>. Acesso em: 15 out. 2022.

BARBOSA FILHO, Morel Pereira; SILVA, Osmira Fátima da. Adubação e calagem para o feijoeiro irrigado em solo de cerrado. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, v. 35, p. 1317-1324, 2000.

BRASIL MDA; BRASIL MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. 2004. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/2cndrss%20politica_nacional.pdf>. Acesso em: 15 out. 2022.

CAPORAL, F.R.; RAMOS, L. de F. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável**: enfrentar desafios para romper a inércia. Brasília, setembro de, 2006. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/1180525-Da-extensao-rural-convencional-a-extensao-rural-para-o-desenvolvimento-sustentavel-enfrentar-desafios-para-romper-a-inercia-1.html>>. Acesso em: 10 out. 2022.

CASTRO, C.N. de. **A agropecuária na região Sul**: limitações e desafios futuros. Texto para Discussão, 2014. Disponível em: <<https://www.econstor.eu/handle/10419/121672>>. Acesso em: 19 out. 2022.

Uma revisão sobre Assistência Técnica e Extensão Rural

CASTRO, C.N. de. Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural (**Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, No. 12, pp. 49-59). Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6492>> . Acesso em: 12 out 2022.

CASTRO, C.N. de; PEREIRA, C.N. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de ATER**. Brasília: Ipea, 2017. (Ipea. Texto para discussão 2343). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8114/1/td_2343.PDF>. Acesso em: 26 out. 2022.

FERREIRA, D.N.C. **Educação contextualizada na Escola Família Agrícola de Sobradinho-BA**. 2016. 52 f. (Bacharel em Agronomia) - Universidade do Estado da Bahia - UNEB, JUAZEIRO, 2016. Disponível em: <https://irpaa.org/publicacoes/relatorios/relatorio-de-estagio-dulce-naiara.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2022.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 1ª. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2013. 128 p. v. 1. ISBN 978-85-7753-2223.

GIMENES, R.M.T.; GIMENES, F.P.; GOZER, I.C. Evolução do crédito rural no Brasil e o papel das cooperativas agropecuárias no financiamento dos produtores rurais. In: **XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Acre, 20 a 23 de julho de 2008. Disponível em: <<https://ageconsearch.umn.edu/record/112618/>>. Acesso em: 26 out. 2022.

Uma revisão sobre Assistência Técnica e Extensão Rural

- GONÇALVES, L. C.; RAMIREZ, M. A.; SANTOS, D. **Extensão rural e conexões**. Belo Horizonte: FEPMVZ, v. 164, 2016. Disponível em: <<https://www.bibliotecaagptea.org.br/administracao/extensao/livros/EXTENSAO%20RURAL%20E%20CONEXOES.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2022.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Importância da Extensão Rural no Brasil**. Disponível em: <<http://www.idam.am.gov.br/ibge-destaca-a-importancia-da-extensao-rural-no-brasil/>>. Acesso em: 11 out. 2022.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeção da População 2020**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/box_popclock.php. Acesso em: 10 out. 2022.
- JONES, G. E. Agricultural advisory work in England and Wales: The beginnings. *Agricultural Progress*, 69, 55-69. **Journal d'Agriculture Pratique** (1874). 38th year, vol. 2.
- JONES, G. E. and GARFORTH, C.. “The history, development, and future of agricultural extension”, in Swanson, Burton E., Bentz, Robert P. and Sofranko, Andrew J. (eds.). **Improving agricultural extension – A reference manual**. Rome : Food and Agriculture Organization of the United Nations, 1997, 316 p. Disponível em:<<https://agris.fao.org/agris-search/search.do?recordID=XF1998079203>> Acesso em: 18 de out. 2022.
- LOPES, E.B. **Manual de Metodologia**. 1ª. ed. Curitiba - PR: Instituto Paranaense de assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, 2016. 60 p. v. 1.

Uma revisão sobre Assistência Técnica e Extensão Rural

OLINGER, Glauco. Extensão rural e Anater. **Agropecuária Catarinense**, v. 26, n. 2, p. 19-22, 2013. Disponível em: <<https://publicacoes.epagri.sc.gov.br/RAC/article/download/784/668>>. Acesso em 17 out. 2022.

OLINGER, Glauco. **Métodos de extensão rural**. EPAGRI-Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de SC, 2006. 163 p. V.1

OLIVEIRA, Ana Ferreira Dos Santos *et al.* **A Sustentabilidade da agricultura orgânica familiar dos produtores associados à APOI** (Associação dos Produtores Orgânicos da Ibiapaba-CE). Disponível em: <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/3828>>. Acesso em 13 out. 2022.

PAULETTI V, MOTTA A.C.V. **Manual de adubação e calagem para o estado do Paraná**. Curitiba: SBCS - Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, Núcleo Estadual Paraná; 2017.

PEIXOTO, Marcus. **A assistência técnica e extensão rural e a política agrícola: crise e mudança**. Brasília: Centro de Estudos do Senado Federal, out. 1988. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-iv-constituicao-de-1988-o-brasil-20-anos-depois.-estado-e-economia-em-vinte-anos-de-mudancas/politica-urbana-agricola-e-fundiaria-a-assistencia-tecnica-e-extensao-rural-e-politica-agricola-crise-e-mudanca/view>>. Acesso em: 18 out. 2022

PEIXOTO, Marcus. **Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação**. Brasília: Centro de Estudos do Senado Federal, Textos para discussão n. 48, out. 2008. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudoslegislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-umaabordagem-historica-da-legislacao>>. Acesso em: 18 out. 2022.

Uma revisão sobre Assistência Técnica e Extensão Rural

RAMOS, G.L.; SILVA, A.P.; BARROS, A.F. **Manual de metodologia de extensão rural**. Recife: Instituto Agronômico de Pernambuco-IPA, 2013.

SANTOS, A.; LUZA, M. P.A.; Política agrária: Extensão rural e serviço social, a equação possível. **Temporalis**, v. 14, n. 28, p. 243-273, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/index.php/temporalis/article/view/7217>>. Acesso em: 25 out. 2022.

SILVA, M. G. da. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural e Organizações de Agricultura Familiar no Município de Espera Feliz, Minas Gerais. 2010**. 127 f. Dissertação (Mestrado em Instituições sociais e desenvolvimento; Cultura, processos sociais e conhecimento) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2010. Disponível em; <<https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/4129>>. Acesso em 15 out. 2022.

SOUZA, D, R. **Comunicação rural e difusionismo**: uma análise sobre o jornal do campo. Goiânia, 2008. 88 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/4376>>. Acesso em 08 out. 2022.

STANTIAL, J.; PAINE, M. Agricultural Extension in New Zealand – Implications for Australia. **Australasia Pacific Extension Network – APEN** 2000 National Forum, Melbourne, 26th & 27th Oct. 2000, ISBN 1 920842 10 1, 10p. Disponível em: <<http://www.regional.org.au/au/apen/2000/4/stantiall.htm>>. Acesso em 31 out. 2022.

SWANSON, B. **Extensão Rural**: Manual de Referência, 2a Edição, Roma, 1991.

Uma revisão sobre Assistência Técnica e Extensão Rural

WINK, A. C. *et al.* Agricultura familiar e rendas alternativas na região da Quarta Colônia/RS. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 10, n. 1, p. 28-51, São Paulo, 2014. Disponível em: < <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/87096>> Acesso em: 12 out. 2022.

Data da submissão: 02/05/2023
Data do aceite: 15/08/2023
Data da publicação: 06/05/2024